



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E. P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Ministério do Interior:

Diploma Ministerial n.º 94 /2024:

Concede a nacionalidade moçambicana, por naturalização, ao senhor Manuel Gerales Lobato de Faria.

Diploma Ministerial n.º 95/2024:

Concede a nacionalidade moçambicana, por naturalização, a senhora Maria Mercedes Guedes Gerales.

Tribunal Supremo:

Despacho:

Cria a 5.ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Marracuene, da Província de Maputo.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Diploma Ministerial n.º 94/2024

de 29 de Outubro

Verificado o cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 27 da Constituição da República de Moçambique, conjugado com o artigo 14 do Decreto n.º 5/88, de 8 de Abril, que introduz alterações ao Decreto n.º 3/75, de 16 de Agosto, que Regulamenta a Lei de Nacionalidade, o Ministro do Interior, determina:

É concedida a nacionalidade moçambicana, por naturalização, ao senhor Manuel Gerales Lobato de Faria, natural de Lisboa, nascido a 26 de Julho de 1969.

Ministério do Interior, em Maputo, 2 de Outubro de 2024. —
O Ministro, *Pascoal Pedro João Ronda*.

Diploma Ministerial n.º 95/2024

de 29 de Outubro

Verificado o cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 27 da Constituição da República de Moçambique, conjugado com o artigo 14 do Decreto n.º 5/88, de 8 de Abril, que introduz alterações ao Decreto n.º 3/75, de 16 de Agosto, que Regulamenta a Lei de Nacionalidade, o Ministro do Interior, determina:

É concedida a nacionalidade moçambicana, por naturalização, a senhora Maria Mercedes Guedes Gerales, natural de Lisboa, nascido a 11 de Abril de 1941.

Ministério do Interior, em Maputo, 2 de Outubro de 2024.
— O Ministro, *Pascoal Pedro João Ronda*.

TRIBUNAL SUPREMO

Despacho

Havendo necessidade de, com eficácia, fazer face à crescente demanda processual nas questões de terra e biodiversidade, no uso das competências conferidas nos termos dos artigos 30, 31 e 80 da Lei n.º 24/2007, de 20 de Agosto (Lei da Organização Judiciária), actualizada, sucessivamente, pelas Leis n.º 24/2014, de 23 de Setembro e Lei n.º 11/2018, de 3 de Outubro, sob proposta do Conselho Superior da Magistratura Judicial, determino:

1. É criada a 5.ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Marracuene, da Província de Maputo, especializada em matéria de terra e biodiversidade;

2. À Secção de Terra e Biodiversidade compete, em razão da matéria, conhecer:

- das acções e procedimentos cautelares relacionados com uso e aproveitamento da terra;
- das acções e procedimentos cautelares relativos ao planeamento e protecção do meio ambiente e conservação da biodiversidade;
- das acções e procedimentos cautelares relacionados a questões climáticas;
- das questões relacionadas à administração e gestão de terras e recursos naturais que sejam de domínio público, privado e comunitário;